

FÁBRICAS RECUPERADAS: DESVELANDO UMA NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Área temática: Teoria e prática da economia solidária

Wagner Muniz¹, Anna G. Cunha², Sandra Rufino³

¹ Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP - ICSA – Campus Mariana - munizww@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP - Campus Ouro Preto – annagcs@hotmail.com

³ Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Campus Ouro Preto – ssrufino@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo visa analisar os casos de Fábricas Recuperadas (FR's) existentes no Brasil e na Argentina e como se desenvolveu o processo de autogestão nas empresas. A análise feita pretende explicar, através de pesquisas e revisões bibliográficas, como as fábricas recuperadas se formaram, quais são suas características principais e de que forma ocorreu a nova organização, depois de serem tomadas pelos seus trabalhadores, enfatizando a autogestão e analisando alguns casos de FR's existentes nos países ditos acima. Na tentativa de explicar o que são fábricas recuperadas, assunto este ainda pouco difundido e até mesmo pouco conhecido no Brasil, objetiva-se dizer como se constituíram alguns casos dessas experiências, como contribuíram para alavancar a economia e de que modo estão colaborando para uma melhoria da qualidade de vida da comunidade na qual estão inseridas.

Palavras-chave: Fábricas recuperadas; Autogestão; Fábricas autogestionadas; cooperativas.

1. Introdução

A recuperação de fábricas se desenvolve através de um processo de caráter social ocorrido nas próprias unidades produtivas, que quando se deparam com crises econômicas e se encontram diante de processos de quebra ou fechamentos criam em seus assalariados a necessidade para se movimentarem e juntos constroem um processo novo de direção para evitar desempregos em massa.

Tanto na Argentina quanto no Brasil a recuperação das fábricas pelos seus trabalhadores é o resultado direto dos diversos modos em que foram afetadas pela crise econômica que estendeu nos dois países durante as décadas de 1980 e 1990. Nesse período, eleva-se o número de empresas recuperadas pelos trabalhadores que, além de manter vivo o seu meio de renda, conseguiram modificar, de modo revolucionário e solidário, a gestão das empresas, onde estabelecem relações de cooperação e autogestão controlando os meios produtivos.

Como analisa Juvenal (2006, p. 116), na década de 1990 o aumento do número de trabalhadores atuantes na economia formal decresceu de forma abrupta devido à globalização e às políticas econômicas adotadas pelos países em questão. Em decorrência houve o fortalecimento dos movimentos sociais incorporando os trabalhadores das indústrias que buscavam, e até hoje buscam, direitos de cidadania e perspectivas positivas de vida.

Com as crises econômicas que surgem em nosso cenário mundial a cada mover dos seus agentes compositores, sendo uns mais afetados do que outros, seja por questões históricas, seja por falta de planejamento ou por qualquer outro motivo que afeta diretamente os capitalistas e principalmente os seus empregados que em meio ao modo de produção capitalista não possuem outro meio de renda e para sobreviverem vendem sua força de trabalho.

Os casos de fábricas recuperadas que serão observados no presente artigo desafiam a legalidade quando se encontram diante de algum obstáculo, são obrigados a agir diretamente com líderes políticos e, infelizmente, favorecem a tensão, construindo combinações com mecanismos convencionais da produção, estabelecendo cooperação materializada em processos de autonomização igualitários.

O artigo procura analisar as fábricas recuperadas, bem como seus principais fundamentos, objetivos, processos de formação e seus efeitos socioeconômicos. Para tanto, foi realizado um estudo em pesquisas e referências bibliográficas relativo ao tema principal e suas formas de gestão, como o cooperativismo e a autogestão. Neste sentido, o artigo tem como objetivo apresentar o estudo das FR's e de alguns de seus exemplos, sugerir uma reflexão da importância das mesmas perante a economia brasileira, e assim, servir de estímulo a pesquisas mais aprofundadas, já que se trata de um assunto tão importante e pouco conhecido.

Neste artigo utilizaremos o conceito de Fábricas Recuperadas e não o de Empresas Recuperadas, assim como no trabalho de Henriques et al* (2011, p.20), onde acredita-se que o novo empreendimento deve romper não só com as práticas de heterogestão, mas também com os conceitos, como o de empresa, que remetem ao modo de produção capitalista.

Em meio ao que foi exposto, é necessário que os trabalhadores se articulem. É preciso que deixem de ser assalariados para preservar sua condição de trabalhadores, trabalham sem patrões, sendo eles mesmos seus gestores. É preciso inovar socialmente, e conseguem, para sobreviverem no modo de produção atualmente reinante que se encontram.

2. O que são fábricas e fábricas recuperadas

A definição para fábricas pode ser usada como aborda Maia et al* (2010, p. 57) ao dizer que fábricas são definidas como um local dotado de uma intenção particular, de reunir pessoas com certos saberes para a produção de mercadorias, inseridas em uma lógica de mercado onde a classe burguesa era a protagonista. Abordando de modo mais profundo, o autor diz que foi no século XVIII o momento no qual a fábrica assumiu um papel que iria condicionar toda a sociedade nos séculos seguintes. Ela se consolida no século XVII e XVIII com a Revolução Industrial na Inglaterra. A partir do século XIX, se estendendo aos dias de hoje, a fábrica assume o signo de um sistema econômico e político que exerce um monopólio de poder em pelo menos todo o Ocidente. A fábrica desempenha atualmente um monopólio de poder. Ela significa tanto o pilar econômico do capital, como político do neoliberal. Constitui o lucro e o prejuízo, a reprodução de um sistema excludente e explorador, além de reportar e sobreviver da desigualdade social.

Fábricas recuperadas são empreendimentos que se encontram em propriedade dos trabalhadores e que por eles foram recuperados após sérios problemas legais ou financeiros. Na sua grande maioria, podem ser geridas pela autogestão, associações, responsabilidades Ltda., S.A., informal, grupos de produção ou pelo cooperativismo.

Como característica principal desses empreendimentos podemos citar que os seus trabalhadores tratam no coletivo das decisões estratégicas a serem tomadas para a unidade

produtiva. Quando as fábricas se encontram em processo de fechamento ou iminência de quebra, os trabalhadores assumem a direção tomando estratégias variadas para manterem os meios de produção funcionando. Há casos em que os trabalhadores ocuparam a fábrica para evitar o fechamento da unidade produtiva e a perda de seus empregos. Obviamente os empregados não querem passar pelo drama do desemprego. Como afirma Henriques et al* (2011, p. 05), há ausência de levantamentos amplos e precisos que descrevam semelhanças e diferenças entre as fábricas recuperadas. Estes ainda são escassos, e por isso é usada a caracterização realizada por Novais e Sardá de Faria, que abordam os seguintes aspectos:

A quase totalidade das experiências resulta da recuperação de empresas familiares, sendo a falência ou estado pré-falimentar, em muitos casos, feitos de sucessão familiar mal sucedida; não é raro encontrarmos fábricas fundadas no início do século XX, com maquinários com mais de 50 anos.

Via de regra [...] é comum aos trabalhadores a vivência por longos períodos com salários em atraso e o não recolhimento pelas empresas dos direitos trabalhistas e sociais [...]. Em muitos casos, o sindicato assume o papel de protagonista ativo na organização dos trabalhadores, na apresentação e discussão das possibilidades para a manutenção da empresa em funcionamento, na negociação com os ex-proprietários e com os organismos públicos e privados para a busca de financiamento. Por vezes, o sindicato torna-se o co-responsável na gestão dessas empresas sob o controle dos trabalhadores. Na grande maioria dos casos, optamos pela utilização da forma cooperativista, [...], sociedades econômicas ou limitadas. [...] São poucas as experiências brasileiras que optam pela divisão igualitária. Nessas experiências, a estratégia competitiva pode lançar mão de mecanismos como a extensão da jornada de trabalho não remunerado ou mesmo a flexibilização da massa salarial para acompanhar as oscilações do mercado.

Existem possibilidades de recuperação de empreendimentos que não são fabris, como o Hotel Bauen (que mais adiante será abordado) e clínicas médicas, ambos localizados na Argentina. Apesar das formas jurídicas em que se encontram as fábricas recuperadas, a autogestão e o cooperativismo são as formas de gerir que predominam nos empreendimentos pesquisados existentes no Brasil, e trataremos dos termos logo a seguir.

2.1. Autogestão

Inicializando o tópico relativo à autogestão, preferiu-se destacar o conceito retirado do site da ANTEAG¹ que diz:

A Autogestão é uma forma de organização coletiva cujo elemento essencial é a democracia. Ela se realiza na comunidade, escola, empresa, etc. Podemos dizer que a autogestão é a radicalização da democracia, no sentido de envolver a participação integral dos membros do grupo, acesso total às informações, conhecimento dos processos e, sobretudo, autonomia e autodeterminação. Falar de autogestão em empresas não se limita às atividades e às formas de relacionamento no interior da empresa, se estende à participação em grupos de moradores, atividades políticas e sociais da cidade, se estende ao relacionamento entre empresas dentro da Economia Solidária. Dentro da empresa, promove conhecimento na área de administração do negócio e requer conhecimento e participação das diversas áreas que compreendem uma unidade produtiva, desde o faturamento e dos custos até os aspectos mais subjetivos no tocante à política organizacional.

¹ Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

Além de propiciar a participação direta, a autogestão faz com que o trabalhador se reconheça como protagonista do processo, tanto enquanto indivíduo, quanto como associado em grupos de interesse comum.

Para Rufino (2005) a autogestão é aquela que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa de decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho, havendo como suas idéias gerais o fim do assalariamento; a organização do trabalho com base na gestão democrática; a eliminação da hierarquia e as decisões tomadas por democracia direta.

Cláudio Nascimento em seu texto “A autogestão e o Novo Cooperativismo” estabelece a autogestão como um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção. Para ele, este “ideal” se expressa em formas distintas nos diversos momentos da história, como possibilidades concretas dos trabalhadores constituírem suas utopias de uma sociedade igualitária e socialista.

Como característica principal, algumas fábricas recuperadas possuem em comum a autogestão. De acordo com Henriques et al* (2011, p. 13), o conceito de autogestão “surge para expressar a luta de trabalhadores [...] que experimentaram a organização coletiva [...] para participarem ativamente do debate político nacional, terem melhores condições de acesso ao crédito e serem os protagonistas na condição de empreendimentos produtivos”.

A autogestão ocorre quando surge uma crise no cenário econômico. A unidade produtiva é atingida por essa crise e por isso pode tomar medidas drásticas como demissões em massa, decretar falência ou até mesmo paralisar a produção. Desse modo, na tentativa de superar o desemprego, os trabalhadores retornam às fábricas, ocupam-nas e criam delegações para representar os trabalhadores.

A autogestão se refere ao controle da produção pelos trabalhadores. O exercício desse controle[...] torna-se possível a partir da produtividade integral dos meios de produção e da organização do processo produtivo sob princípios, democráticos [...]. (JUVENAL, 2006, p.126).

O conceito purista de autogestão citado acima, na maioria dos casos, não condiz com as FR's brasileiras, já que estas carregam consigo desde sua origem princípios da produção fordista². Deve-se analisar que o atual processo de produção brasileiro vigente é o capitalismo e as FR's assim, como as outras empresas, buscam a acumulação de capital. Mesmo que não se enriqueçam de modo exacerbado, a meta da fábrica será a acumulação de capital social e os trabalhadores buscam pelo menos um salário razoável. Isso dificulta o processo da autogestão e sua tentativa de se livrar dessa herança capitalista. Entretanto, os trabalhadores obterão êxito ao se unirem.

2.2. Cooperativismo

“As Cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns a seus integrantes. Constituem-se em empresas de propriedade coletiva, a serem geridas democraticamente.” (Sescoop/DF, 2004, p 08). Ou seja, Cooperativismo é uma forma de organização social para a

²O fordismo é um sistema de produção, criado pelo empresário norte-americano Henry Ford, cuja principal característica é a fabricação em massa. Henry Ford criou este sistema em 1914 para sua indústria de automóveis, projetando um sistema baseado numa linha de montagem que provocou mudanças significativas no ambiente fabril e visava a racionalização extrema da produção, a maximização da produção e do lucro.

solução de problemas socioeconômicos, por meio de uma sociedade coletiva, voluntária e democrática.

Pode-se dizer ainda, que, o cooperativismo é uma doutrina cultural e sócio-econômica baseada em valores de ajuda mútua, solidariedade e igualdade. Nele são aplicados sete princípios fundamentais da liberdade humana: adesão voluntária; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade.

A origem mundial do cooperativismo veio com a Revolução Industrial, a partir da fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (Inglaterra, 1844). No Brasil, o trabalho baseado na cooperação surge primeiramente com as missões dos jesuítas e posteriormente com as cooperativas formalizadas rurais e de consumo.

Entendida como uma “empresa” que presta serviços aos seus cooperados, a cooperativa é um tipo de associação econômica, em que coloca os produtos e serviços de seus cooperados no mercado, em melhores condições do que se fossem colocados individualmente. Ela se diferencia dos outros tipos de empresa e associações pela distribuição dos seus próprios benefícios gerados.

Karl Marx, no século XIX, ao abordar a crítica sobre a economia política, defendia a associação dos produtores livres e iguais, declarava-se favorável às cooperativas de produção, organizadas em escala mundial. Como síntese do exposto, Marx proclama a frase: “A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

Portanto, vistos os principais meios de gerir as fábricas recuperadas, será feita uma análise dos casos latino americanos, principalmente aqueles de FR's da Argentina e do Brasil, para melhor compreender como aconteceram.

3. Fábricas Recuperadas na Argentina e no Brasil

3.1 Na Argentina:

O caso das ocupações das fábricas na Argentina surge na metade da década de 1990, quando o país governado por Carlos Menen entrou numa grave crise econômica que culminara em 2001. Por isso, entre 2000 e 2001 é o período em que mais surgiram ocupações de fábricas em vários setores da economia. Rébon (2007, p. 01) afirma que foi na década de 1990 que a reestruturação capitalista na Argentina criou um processo de expropriação sem gerar contra ataques à capacidade de valorizar a centralização do capital. As crises do processo de reestruturação intensifica os efeitos sociais e afetam as condições de reprodução.

Em outubro de 2001 ocorreu um encontro de cooperativas existentes em cidades argentinas para discutir o fechamento das empresas e as reabrir a partir da autogestão. Deste encontro surgiram lideranças e promotores políticos que influenciaram os trabalhadores argentinos a se gerirem e manterem seus postos de trabalho.

[...] Ao se reunirem na Metalúrgica IMPA³, representantes de distintas tendências destas experiências em quatorze cooperativas de trabalho da cidade e província de Buenos Aires, de Santa Fé e de Córdoba e da Federação de Cooperativas de trabalho (FECOOTRA), da Federação de Cooperativas Portuárias (FECOAPORT) e do INAES. O objetivo comum expresso nesta reunião era o de dar uma resposta organizada ao fechamento de empresa e perda de postos de trabalho, mediante a reabertura das mesmas a partir da autogestão dos trabalhadores. Apesar dos distintos

³Situada em Buenos Aires, Argentina, é uma metalúrgica recuperada desde 1998.

pontos de convergência neste momento entre os diferentes representantes, incluído aquele do órgão de Estado, rapidamente se abre divergências e três grupos se conformarão: 1) IMPA, as fábricas recuperadas da Santa Fé, Córdoba e Quilmes que formarão o MNER (Movimento Nacional de Empresas Recuperadas) cujo princípio era o de agrupar a todas as ER's para o que não importava a forma jurídica que apresentassem; 2) Yaguané dá origem a FENCOOTER (Federação Nacional de Cooperativas de Trabalho e Empresas Reconvertidas), cujo objetivo seria organizar as ER's enquanto cooperativas de trabalho; 3) FECOOTRA continuara seu trabalho como federação buscando incorporar ER's enquanto cooperativas de trabalho. (VERAGO, 2008, p.03).

Na Argentina, várias movimentações políticas envolvendo fábricas recuperadas aconteceram de modo intenso principalmente a partir de 2004, quando foi instaurada a Lei de Expropriação Definitiva⁴. As novas metas políticas e econômicas do governo de Kirchner, ao assumir a presidência argentina em 2004, junto com a lei, geraram dispersões e fragmentações das FR's. Porém, apesar do caso ocorrido em 2006 foi criada a ANTA (Associação Nacional de Trabalhadores Autogestionados), na qual os trabalhadores se filiaram e formaram parcerias com universidades públicas argentinas para receberem capacitações.

As lutas pela manutenção das FR's autogestionadas na Argentina não cessam por aqui. Nos dias atuais há movimentações e articulações entre elas. Em 2008 surgiu a proposta de criação de uma de Federação de Cooperativas de Trabalho. A reunião para discutir tal proposta ocorreu no Hotel Bauen⁵ e foi financiado pelo INAES. Houve sugestões para um encontro nacional em que se concretizasse a união das federações de cooperativas de trabalho no país, a construção de leis de providência para os cooperados e a capacitação para assessoria às cooperativas para que formassem uma rede.

No referido país, as fábricas recuperadas não se limitaram apenas às indústrias de transformação ou a empreendimentos fabris. O processo de autogestão abrange hotéis, como o Hotel Bauen, localizado no centro de Buenos Aires, que é uma fábrica recuperada pelos trabalhadores. Outra fábrica recuperada que merece destaque é a Rede Gráfica Cooperativa, surgida em 2007, reunindo mais sete gráficas para relações de mercado como compras, pois adquirindo maior quantidade de insumos, conseguem preços mais baixos. Há também a cerâmica Zanón, situada na província de Neuquém, que em 2002, juntamente com outros movimentos sociais, ocuparam a fábrica e retomaram a produção que estava suspensa há meses.

De acordo com Verago, “logo que passou a pior fase da crise no país e após a eleição de 2003, os movimentos e agrupações de FR's começaram a se fragmentar. [...] Por outro lado há setores que agrupam FR's [...] buscando uma organização latina americana de empresas recuperadas⁶”, se articulando com o Brasil, o Uruguai, a Bolívia e a Venezuela. Um novo reagrupamento vem sendo gerido sob influência do INAES, após as fragmentações ocorridas.

É possível ver a aproximação feita entre instituições argentinas e o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, da ANTEAG, da UNISOL do Brasil e da FCPU (Federação de Cooperativas de Produção do Uruguai) ao discutirem a temática em exposições, congressos e

⁴De acordo com essa lei uma empresa pode ter seus imóveis expropriados a cargo do Estado como bens de utilidade pública e cedidos a uma cooperativa de trabalho que deve cuidar de sua manutenção, manter a produção e a partir de três anos iniciar o pagamento do valor de arremate dos bens ao Estado que pode ser completado em 20 anos. (VERAGO, 2008, p. 04)

⁵ O nome BAUEN é a sigla para o termo “Buenos Aires una Empresa Nacional”. Maiores detalhes sobre o hotel pode ser visto no seu próprio site: <http://www.bauenhotel.com.ar/>:

⁶VERAGO, 2008, p. 01

em pesquisas feitas por acadêmicos de um país em outro. Nestas discussões, as instituições tentam conhecer a verdadeira realidade em que vivem os trabalhadores e a atual condição na qual se encontram as fábricas recuperadas.

3.2. No Brasil

O caso Brasileiro é marcado por uma movimentação política menor da que foi vista na Argentina, mas o movimento de fábricas recuperadas possui instituições que contribuem para sua consolidação como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a Unisol Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e a ANTEAG - que foi a primeira entidade “a representar e assessorar empresas e empreendimentos de autogestão em diversos setores nas cinco regiões do país. Ao longo desse tempo, foram mais de 32.000 postos de trabalho criados nos setores: têxtil, agrícola, agroindustrial, alimentício, calçadista, metalúrgico, mineração, serviços, confecção, plástico, coleta seletiva, cerâmica, mobiliário, papel e papelão, artesanato e agroextrativista. Além de defender interesses políticos e econômicos das empresas e empreendimentos através de uma direção eleita pelas próprias fábricas e um corpo de assessores especializados em autogestão, a ANTEAG organiza, apóia tanto a recuperação de empresas em processo falimentar ou pré-falimentar, quantos grupos que pretendem constituir uma empresa ou um empreendimento autogestionário⁷”.

De acordo com Henriques et al* (2011, p. 03) o Brasil foi o pioneiro nas experiências de Fábricas Recuperadas por trabalhadores. O primeiro caso ocorreu em meados de 1980, em Criciúma com a COOPERMINAS (Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma). Os primeiros casos se deram de modo isolado, pois não havia naquela época apoio para sua viabilização, havendo inclusive algumas resistências de movimentos sociais e dos sindicatos.

O caso das fábricas recuperadas brasileiras não difere muito do que já foi visto até o presente momento. O empreendimento passa por crises gerenciais, administrativas ou financeiras, chegando a gerar paralisação da produção e demissões em massa. Os trabalhadores ocupam estas fábricas e começam a geri-las. Entretanto, as FR's brasileiras, atualmente, possuem alguns agravantes que impedem seu desenvolvimento.

Também como exemplo de fábricas recuperadas brasileiras podemos destacar algumas do ABC Paulista e Rio Grande do Sul, que diferentemente da Cooperminas, tiveram apoio de sindicatos e se vincularam à ADS, ou à ANTEAG. A maior parte das FR's brasileiras, de acordo com Juvenal (2006 p. 115), se encontra na região Centro-Sul. Este fator pode ser considerado pela proximidade com a região rio platense, onde o movimento de empresas recuperadas é forte e organizado, o que facilita a troca de informações com os países vizinhos. A maior concentração é dada em áreas urbanas - 54,5% das fábricas levantadas. As formas jurídicas mais comuns são as cooperativas, seguidas das associações. Vale lembrar que estas empresas também são constituídas informalmente.

Não existe um arcabouço jurídico específico para atender as cooperativas ou associações de trabalhadores, o que as deixa frágeis diante da administração convencional e dos processos de concorrência, além de todas as movimentações de mercado. Diferente das fábricas citadas acima - a do ABC Paulista e Rio Grande do Sul -, a grande maioria não possui apoio de bancos para efetuar empréstimos e realizarem os investimentos necessários.

⁷<http://www.anteag.org.br/index.asp?pag=7>

As fábricas do Rio Grande do Sul são a CIPLA e INTERFIBRA, de Joinville, Santa Catarina. Seus trabalhadores se movimentaram a partir de 2002 quando as empresas passavam por crises financeiras. Estas não pagavam salários a seus funcionários por mais de nove meses. Eles não recebiam ajudas de sindicatos e não queriam fazer greve para evitar cortes totais dos salários. Os trabalhadores das duas fábricas juntas tentaram aproximação de outras entidades para ajudar a ocupá-las. Mais tarde se tornariam referências para os trabalhadores da Flaskô, como será visto abaixo.

Outro caso interessante no Brasil a ser citado, pela sua movimentação política e luta trabalhista, é o da fábrica Flaskô Industrial de Embalagens Ltda., localizada em Sumaré, interior paulista. A Flaskô é considerada como empresa ocupada, pois a resistência constitui o primeiro estágio da recuperação, devido aos trâmites judiciais que ainda estão em processo. Além do âmbito das fábricas recuperadas, a Flaskô está vinculada à Economia Solidária e também é considerada pelas características de organização apresentadas. Através de um breve relato de sua história, fica evidente como os trabalhadores, seja eles de qualquer empreendimento, possuem condições de assumir a direção de uma empresa e de guiarem a produção, garantindo seus postos de trabalho e automaticamente seu sustento e o de suas respectivas famílias. A fábrica de embalagens está ocupada há mais de sete anos por seus operários que, para evitar o fechamento e o decreto de falência em 2002, decidiram por ocupá-la. Salientamos que o processo não foi tão simples assim. Os operários da Flaskô passam por lutas constantes para manterem as máquinas funcionando, havendo expulsão de interventores, corte de energia elétrica por mais de 45 dias. Eles já deixaram de receber salários para pagar contas e realizaram protestos em Brasília.

4. Problemáticas

As FR's ainda são pouco difundidas no Brasil, ocorre em casos isolados e enfrentam resistências vindas de sindicatos e movimentos sociais. O modo característico de suas organizações, a autogestão, ainda é tido como incerto, pois, para sobreviverem, as ER's desafiam dificuldades técnicas e organizacionais e as más influências deixadas por administrações anteriores. Juvenal ainda diz que:

A limitação das autogestionárias é dado pelo capital. Apesar das vantagens conferidas pela qualidade e flexibilidade da força de trabalho, o acesso a recursos financeiro [...] é a sentença de vida ou morte [...]. Herdeiras de parques industriais antigos, muitas vezes obsoletas as ER's enfrentam dificuldades de financiamento da produção e da realização de novos investimentos. Portanto, ainda consumidos [...] tem pequenas chances de sobrevivência no cenário atual, salvo com a emmentação depolítica específica para o fortalecimento do segmento. (JUVENAL, 2006, p.132).

Dentre as problemáticas existentes para as fábricas recuperadas, as mais evidentes são a falta do arcabouço jurídico, como abordado superficialmente acima. Isso porque a falta de uma representatividade legal deixam-nas fracas, à mercê de interesses políticos e de empresas capitalistas que visam unicamente aumentar seu lucro e possuem maior representatividade legal diante das empresas em estado de falência conseguindo, por isso, atingir seus objetivos. Na grande parte das vezes não consideram os trabalhadores que se encontram fragilizados no processo de manterem seus empregos. Como afirma Juvenal:

Esses trabalhadores tem de enfrentar uma grande variedade de problemas para conseguirem manter o negócio e seus postos de trabalho, tais como conflitos internos, inexistência de legislação específica e dificuldades de acesso ao crédito. Para superar todos esses obstáculos, os trabalhadores das empresas em sua propriedade se alinharam a outros movimentos sociais [...] identificado por práticas

de gestão coletiva e alto engajamento em questões sociais, ambientais e políticas (JUVENAL, 2006, p. 115).

Outro problema que afeta as FR's e conseqüentemente, seu fortalecimento, é a pouca comunicação entre elas, ainda de acordo com Juvenal:

As empresas recuperadas não conseguem disponibilizar de forma sistemática informações econômicas – financeiras que possam alimentar de forma consistente um banco de dados. Por isso as bases de dados disponíveis apresentam fragilidades e inconsistências e estão sujeitas a problemas conceituais em face da inexistência de marco legal para esse tipo de empresa. (JUVENAL, 2006, pag. 121).

No entanto, para que a autogestão e os casos de fábricas recuperadas se tornem casos de sucessos e de medidas eficiente na superação do desemprego e da melhora de renda para os trabalhadores, eles devem se submeter aos princípios da cooperação e da solidariedade. Entretanto, na grande maioria dos casos tais princípios se encontram deficientes.

5. Conclusão

Neste artigo, procurou-se analisar os casos de fábricas recuperadas existentes no Brasil e na Argentina e conceituar alguns termos importantes para o entendimento da forma de gestão das mesmas. A partir do estudo dos referentes conceitos foi possível uma melhor análise aos casos das fabricas recuperadas brasileiras e argentinas.

Sendo assim, fábricas recuperadas são aquelas que, quando se encontram em situações alarmantes na sua estrutura econômica, os trabalhadores ocupam-nas e passam a administrá-las através da autogestão e do cooperativismo, mantendo seus empregos e, por meio de uma forma alternativa, continuam na busca pela sobrevivência no modo de produção capitalista.

Com os casos de experiências vitoriosas de FR's, no processo de luta e união a fim de gerar empregos e fomentar a economia do Brasil, vê-se nas experiências citadas uma alternativa para melhora do quadro econômico e social, pois no lugar de pessoas desempregadas, temos pessoas trabalhando e gerando riqueza.

Os casos analisados das fábricas recuperadas, tanto da Argentina quanto do Brasil, foram fábricas que se formaram com a tomada de outras falidas. No entanto, elas diferem entre si, como por exemplo, a Flaskô, que é considerada uma fábrica ocupada por estar na fase de resistência (primeiro estágio da recuperação). Além disso, os casos citados da Argentina são distintos daqueles do Brasil, por estes não serem propriamente empreendimentos fabris e indústrias de transformação.

Pelas experiências analisadas das fábricas argentinas e brasileiras recuperadas, é possível perceber que existe um maior apoio às argentinas, pois as brasileiras não possuem um arcabouço jurídico específico para atendê-las. O que deveria servir de inspiração ao Brasil, já que no exemplo argentino as fábricas, em plena crise econômica e financeira, se articularam e até hoje produzem gerando emprego e renda. Poderiam ter traçado outro caminho, decretando falências, aumentando o número de desempregados. Entretanto, viram na autogestão e no cooperativismo a luz no fim do túnel para superar o quadro crítico no qual se encontravam.

E assim, se faz necessário às fábricas recuperadas, além de um maior apoio a sua formação e permanência, a submissão da fábrica aos princípios de cooperação e solidariedade.

6. Referências Bibliográficas

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. Disponível em: <<http://www.anteag.org.br/index.asp?pag=7>>. Acesso em: 21 jun. 2011.

Cerqueira, Wagner e Francisco. **Taylorismo e Fordismo**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/taylorismo-fordismo.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

Fordismo. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/economia/fordismo>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

HENRIQUES, Flávio Chedid; SÍGOLO, Vanessa Moreira; RUFINO, Sandra; NOVAES, Henrique Tahan; GIROTTO, Mariana Bapstista; ARAÚJO, Fernanda Santos; NEPOMUCENO, Vicente Aguilar; NOGUEIRA, Thiago; ROCHA, Maíra Cavalcanti. Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores: Construindo um Diagnóstico das Experiências Brasileiras. In: III Encuentro Internacional “La Economía de los Trabajadores”: pensar y disputar una nueva economía desde los trabajadores y la autogestión. Cidade do Novo México, México, 2011.

JUVENAL; Thais Linhares; Empresas recuperadas em Regime de Autogestão: Reflexões à Luz do Caso Brasileiro. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.13, p. 115-138, 2008

MAIA, Athos F. Soares; SILVA, Victor Augustus Graciotto. Fábrica, sociedade e costumes, 2010

Nascimento, Claudio. **A autogestão e o “Novo Cooperativismo”**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_autogestaocooperativismo.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2011.

OCESP – Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.portaldocooperativismo.org.br/default.php?p=&p=principal.php>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

RUFINO, Sandra. **(Re)fazer, (Re)modelar, (Re)criar: a autogestão no processo produtivo**. São Paulo. Tese (Doutorado) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 2005.

Sebrae. **Cooperativa o que é?**. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/cooperativismo/cooperativa%20o%20que%20e.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

VERAGO, Josiane Lombardi; O Atual estágio das relações entre as empresas recuperadas argentinas e o movimento operário argentino e latino-americano, 2008